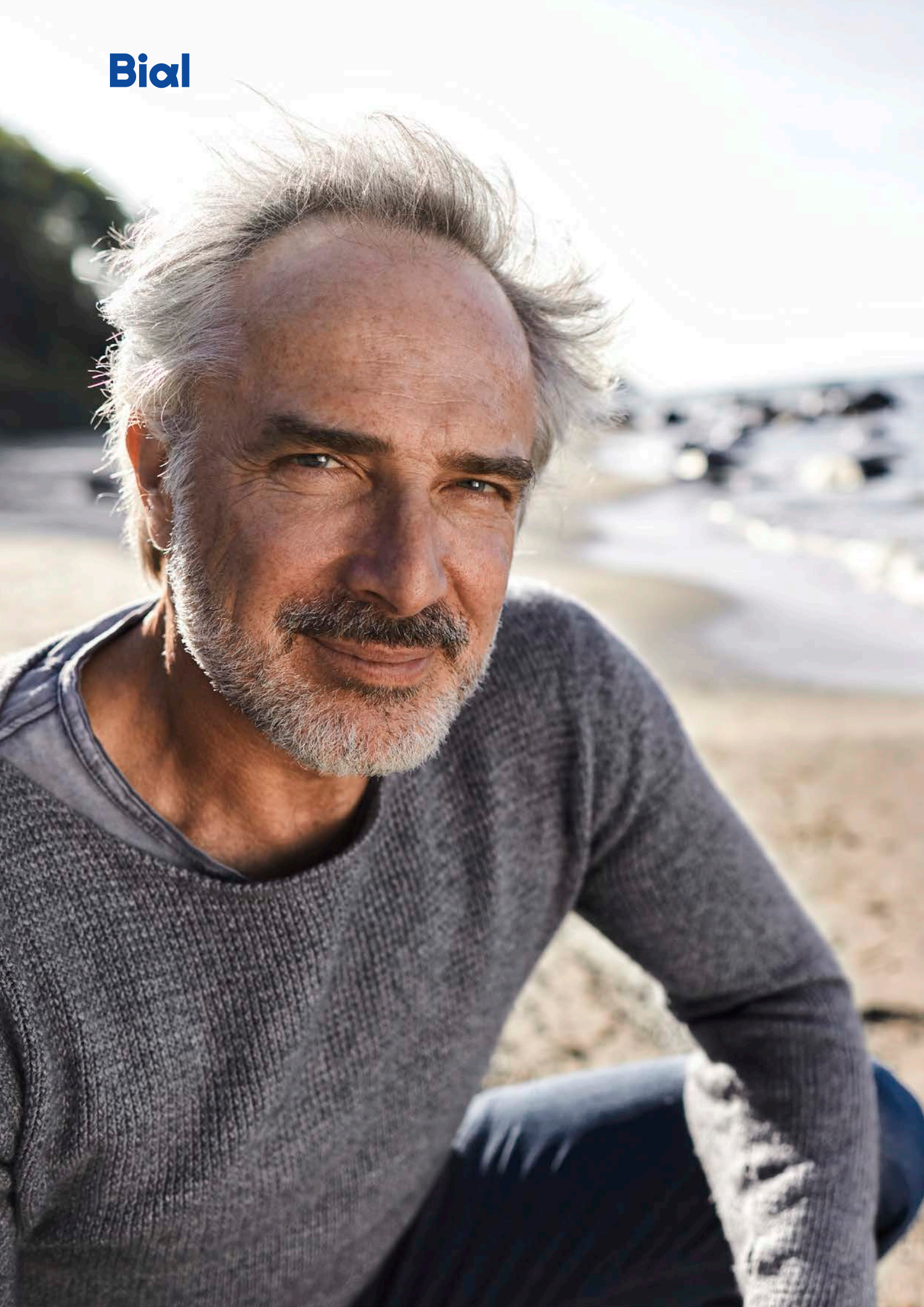


RELATÓRIO de Gestão
CONSOLIDADO DE
BIAL HOLDING, S.A.
2025

ÍNDICE

ÍNDICE

VISÃO, MISSÃO & VALORES	3
RECURSOS HUMANOS	3
BIAL NO MUNDO	4
INDICADORES CHAVE	5
1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL	5
2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL	6
3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO	7
4. SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	8
5. SUSTENTABILIDADE	10
6. FACTOS SUBSEQUENTES A 2025.12.31	10
7. PERSPETIVAS PARA 2026	11
8. ANEXOS	12
I. BALANÇO	13
II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	14
III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	15
IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
V. ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2025	17
1. Introdução	17
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	17
3. Principais políticas contabilísticas	17
4. Fluxos de Caixa	33
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	33
6. Empresas incluídas na consolidação	34
7. Empresas excluídas de consolidação integral	34
8. Goodwill	34
9. Alteração das empresas incluídas na consolidação	34
10. Imposto sobre lucros	34
11. Clientes	36
12. Investimento	37
13. Ativos em poder de terceiros	39
14. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	39
15. Estado e outros entes públicos	41
16. Diferimentos	41
17. Financiamentos obtidos	41
18. Fornecedores	41
19. Provisões e Imparidades	41
20. Vendas e serviços prestados	42
21. Subsídios à exploração	42
22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas	42
23. Fornecimentos e serviços externos	42
24. Gastos com o pessoal	43
25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões	43
26. Outros rendimentos	44
27. Outros gastos	44
28. Juros e rendimentos/gastos similares	45
29. Ativos e passivos de unidades operacionais descontinuadas	45
30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)	46
31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento	46
32. Locações operacionais	46
33. Risco financeiro	46
34. Garantias prestadas	48
35. Acontecimentos após a data do balanço	49
36. Divulgações exigidas por diplomas legais	49
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	50
PARECER DO FISCAL ÚNICO	52



VISÃO,
MISSÃO & VALORES

A Nossa Empresa

A Bial é uma empresa familiar com uma história de mais de 100 anos, **dedicada ao bem-estar dos doentes**.

A nossa ambição apoia-se em fortes convicções. A Bial pretende ser uma empresa eficiente e ágil, com os pés bem assentes na terra, valorizando a inovação sem perder o seu espírito, aspirando a deixar a sua marca à escala global.

A nossa imaginação segue a par do progresso. O sonho da Bial é que os doentes de todo o mundo possam confiar nas nossas inovações. Focamo-nos na criação de avanços científicos que possam curar doenças ou atrasar a sua progressão, adaptando-nos simultaneamente às mudanças em curso no panorama global dos cuidados de saúde.

Keeping life in mind é o nosso lema.

O Nosso Propósito

Ser parceiros na vida: desenvolvendo a ciência, transformando todas as vidas que tocamos.

A Nossa Missão

Alcançar a excelência científica, principalmente nas neurociências e nas doenças raras, disponibilizando medicamentos transformadores que promovam o bem-estar dos doentes.

Os Nossos Valores

«Bialer» é como que o nosso apelido. Representa um sentimento de pertença, de orgulho e de trabalho de equipa, unidos pela nossa dedicação à inovação focada nas pessoas, na saúde e na excelência.

Belonging | Pertença - Promovemos um sentimento de pertença e orgulho, trabalhando em equipa.

Innovation | Inovação - Cultivamos uma visão de futuro e abraçamos ideias arrojadas.

Agility | Agilidade - Abraçamos a mudança e adaptamo-nos a novos desafios.

Life-oriented | Orientados para a vida - Colocamos os doentes em primeiro lugar, contribuindo para um mundo mais sustentável e equitativo.

Excellence | Excelência - Vamos mais além para construir uma cultura de alto desempenho e garantir a mais alta qualidade dos nossos produtos.

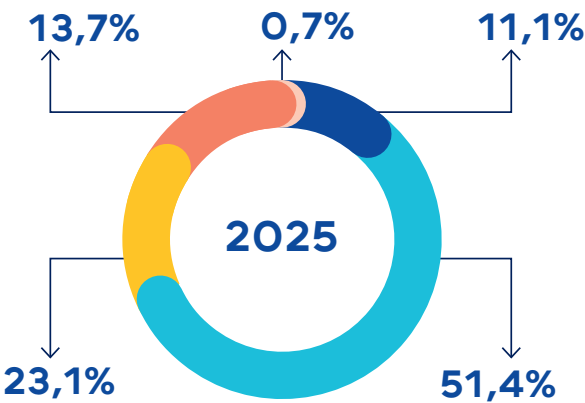
Respect | Respeito - Abraçamos os Valores Universais, promovendo um ambiente inclusivo, diverso e guiado pela integridade.

RECURSOS HUMANOS

Distribuição por género

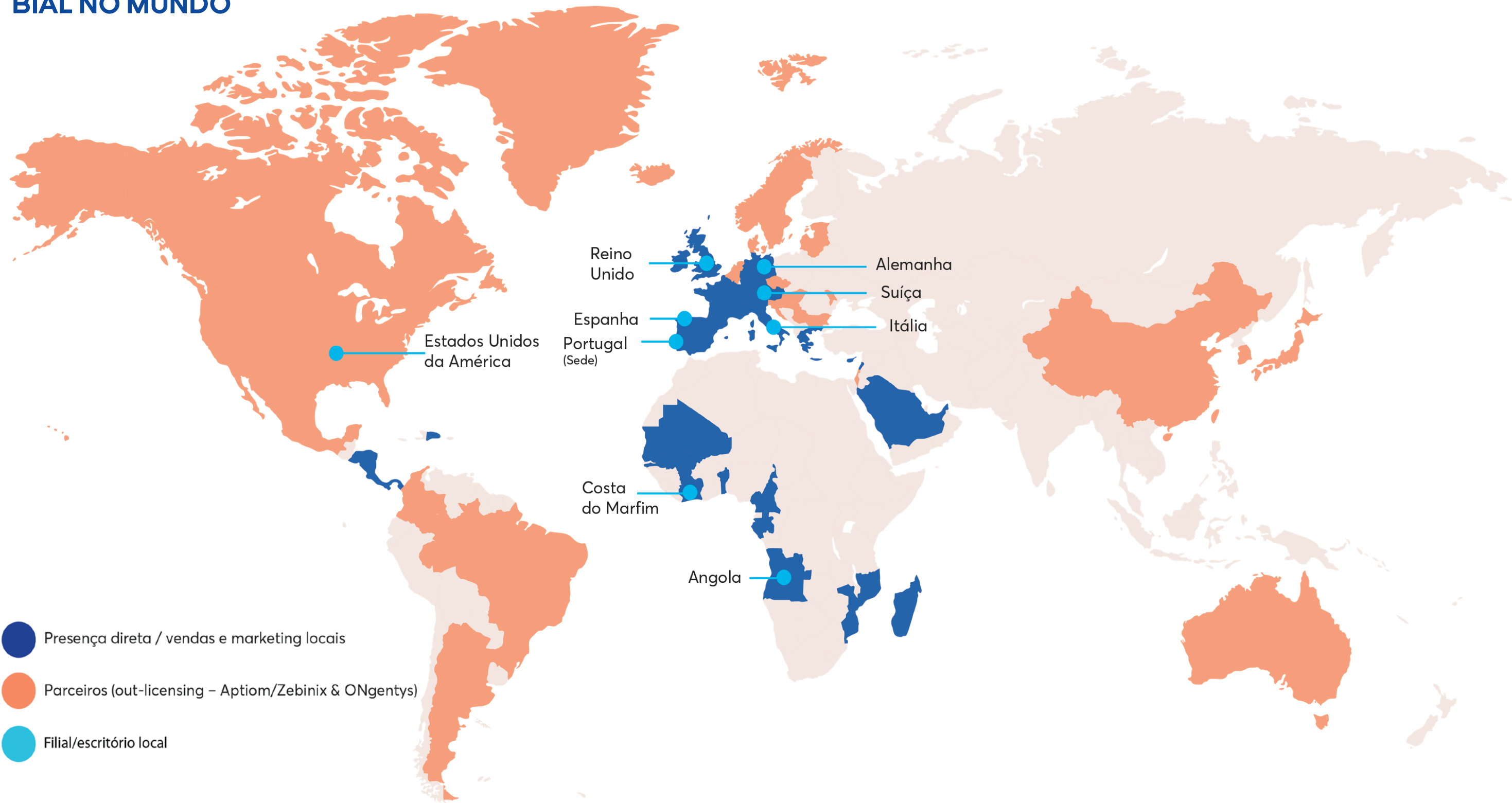


Habilitações literárias

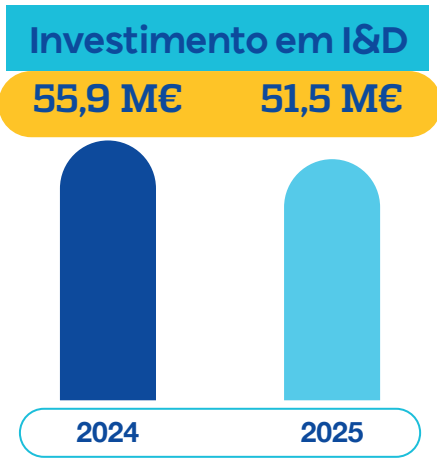
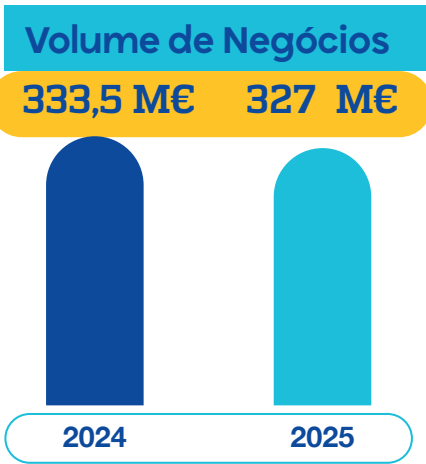


● PhD ● Mestrados ● Licenciados
● Ensino Secundário Completo
● Ensino Secundário Incompleto

BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

2025 assumiu-se como um ano particularmente relevante para a Bial. A revisão do nosso propósito, missão e valores representou mais do que um exercício estratégico: constituiu uma afirmação clara da nossa identidade enquanto organização.

Mantemos o compromisso de colocar os pacientes no centro da nossa atuação, promover ciência de excelência e desenvolver parcerias sólidas que contribuam para melhorar a saúde e a qualidade de vida, no presente e no futuro. Esta reflexão estratégica reforçou, igualmente, uma visão orientada para o longo prazo e a ambição de gerar um impacto duradouro na vida das pessoas e na sociedade.

Ao longo das últimas décadas, a Bial tem-se afirmado como uma empresa farmacêutica internacional de base inovadora, evoluindo de um modelo centrado na comercialização para uma abordagem integrada que abrange a investigação, o desenvolvimento, a comercialização e licenciamento de medicamentos inovadores. Atualmente, opera, de forma direta ou através de parcerias, em alguns dos principais mercados globais da saúde. Este percurso traduziu-se numa organização mais diversa, mais global e cada vez mais orientada para as necessidades dos doentes.

Neste contexto, tornou-se natural a evolução da nossa essência - propósito, missão e valores - também refletida na identidade, na imagem da empresa e na forma como nos apresentamos ao mundo. Esta transformação afirma uma cultura organizacional mais moderna, ágil, aberta e colaborativa, assente na valorização das pessoas e no fortalecimento de relações de parceria.

A nova identidade da marca Bial e a renovação da narrativa core da empresa, concretizadas em 2025, reconhecem a singularidade que nos distingue, traduzem a realidade presente e estabelecem, de forma clara, a ambição que orienta o nosso futuro.

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., em 2025.12.31 era composto por dezasseis empresas, nove das quais com sede no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim. Em 2025 não foram criadas empresas. A filial no Panamá, que pertence 100% à Bial Holding, foi descontinuada em 2024 mas ainda não está formalmente encerrada.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & Cª, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e Bial - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8,0M, com sede na Trofa, e tem como atividade a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 99.94% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

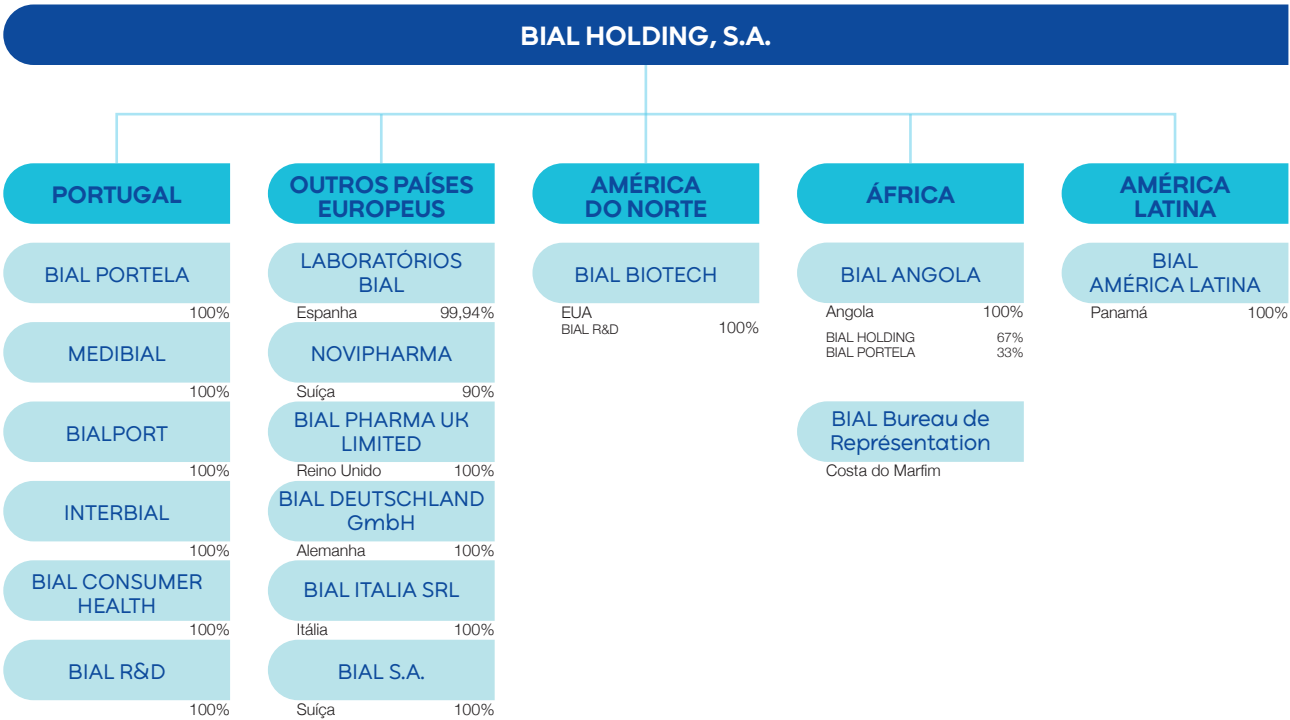
Na Suíça, BIAL Holding, S.A. detém uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge - Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas do sistema nervoso central.

A filial do Panamá encontra-se em processo de encerramento.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & Cª, S.A.

Na Costa do Marfim o Grupo Bial está presente através de um escritório de representação.



2. ATIVIDADE do GRUPO BIAL

Em 2025, o volume de negócios consolidado foi de € 327M, menos 2% face a 2024, dos quais 94% correspondem a vendas e 6% à prestação de serviços. Em termos de mercados, Portugal representou 36% da faturação e 64% no ROW. Nas vendas de medicamentos Portugal representou 33% e em serviços 96% do seu valor global.

As vendas foram de € 309M, sendo Ongentys e Zebinix/Aptiom os dois produtos com maior faturação. Em conjunto representaram € 152M, isto é, 49% das vendas do Grupo. Em 2025 as vendas dos dois produtos decresceram 9% face a 2024, não obstante Ongentys ter mantido as vendas face a 2024, o Zebinix/Aptiom apresentou um decréscimo de 17% (-€ 14M). O Ongentys manteve-se como o principal produto do Grupo, com uma faturação de € 83M, tendo tido um bom desempenho nos principais mercados,

com destaque para os mercados europeus onde Bial o comercializa e promove. O decréscimo no Zebinix/Aptiom, onde a faturação foi de € 69M, é explicado pela forte redução de vendas nos EUA, em resultado da perda de exclusividade no mercado, o que conduziu a um ajustamento nas compras do licenciado para antecipar a possível entrada de genérico no mercado. Apesar desse desvio face a 2024, realça-se, como ponto positivo, que o produto acabou por superar largamente o orçamento de 2025 que previa uma perda de vendas mais acentuada.

Estes valores de faturação evidenciam de forma expressiva o valor terapêutico e económico dos resultados obtidos pela nossa I&D, para além obviamente da melhoria da qualidade de vida que proporcionam aos pacientes com epilepsia ou com doença de Parkinson.

Da restante gama, são de salientar as vendas dos novos antidiabéticos (Ebymect e Edistride) lançados em 2020 em Portugal e que já faturaram € 34M (+15%).

Por países, é de realçar Portugal com 36% da faturação do Grupo, seguido de Espanha com 25%, América do Norte com 11%, Alemanha e Itália com 5% cada, e Japão com 2%. Os seis principais mercados representam 84% da faturação. A restante faturação é realizada em algumas dezenas de países da Europa, Ásia e África. Nesses mercados, é de salientar França FWA e Coreia do Sul com 2% da faturação cada.

A composição das vendas por área geográfica mostra a forte internacionalização do Grupo, com 64% do seu “turnover” nos mercados internacionais. Esta realidade é fruto dos medicamentos de investigação BIAL, que possibilitaram a presença nos mais importantes mercados farmacêuticos mundiais.

Em Portugal, para além da faturação de medicamentos (€ 101M), é expressiva a prestação de serviços no valor de € 17M, essencialmente serviços de informação médica e promoção a multinacionais farmacêuticas. A sua faturação global foi € 119M, um crescimento de 21%, explicado fundamentalmente pela dinâmica da gama de medicamentos antidiabéticos. No ranking IQVIA do mercado ambulatorio nacional Bial ocupava a sétima posição em 31 de dezembro de 2025.

Espanha, com vendas no montante de € 83M em 2025, teve um decréscimo de 1% face a 2024. Zebinix mantém-se como o medicamento de maior faturação (€ 26M, -8,5%), seguido de Ongentys (€ 13,4M, +7,4%), Biresp (€ 10,7M, +2,6%), Ferbisol (€ 10,3M, +1,8%) e Trydonis (€ 8,1M, +30,2%). No ranking IQVIA do mercado farmacêutico ambulatorio, BIAL ocupava em 31 de dezembro 2025 a 40ª posição, descendo 3 posições face a 2024.

A Península Ibérica é um dos cinco maiores mercados da Europa, sendo Bial uma das maiores empresas na área do ambulatorio. Continuará a ser uma zona estratégica para o desenvolvimento de Bial, com uma ampla e competitiva gama de medicamentos nos dois países, quer na me-

dicina geral e familiar, quer em outras especialidades médicas. Em conjunto representam cerca de 62% da faturação do Grupo.

Nos EUA e Canadá, desde 2020, BIAL tem dois medicamentos comercializados, através de empresas licenciadas, o Aptiom e o Ongentys. Em 2025 as vendas foram de € 36,6M, -23% face a 2024, devido à forte redução das vendas de Aptiom nos EUA (-€ 9,6M), em resultado da perda de exclusividade no mercado em 2025 e um ajustamento de stocks do licenciado. Ongentys vendeu € 11,5M nos EUA em 2025, em linha com 2024.

O foco do crescimento orgânico da Bial está nas suas filiais europeias (Alemanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, Áustria e Suíça, assim como na França), onde a faturação foi de € 49M em 2025. Em França, não temos filial, mas estamos presentes com uma equipa médica e comercial que, até ao final de 2025, promoveu em exclusividade o Zebinix e que, a partir de 2026, passará a promover também o Ongentys. Zebinix e Ongentys são comercializados por todas as restantes filiais. Em 2024, lançámos na Alemanha o Kynmobi, um novo medicamento para a doença de Parkinson, licenciado por Bial para a Europa à farmacêutica Sumitomo, que em 2025 foi, também, lançado em Espanha, Portugal e Itália, reforçando a nossa presença nesses países. Para 2026, está prevista a entrada desse medicamento no Reino Unido.

Em outros países europeus, como Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia, Chéquia, Eslováquia e Grécia, a comercialização de Zebinix e/ou Ongentys é realizada através de acordos de licença ou distribuição. É outra via no processo de internacionalização e de consolidação do Grupo BIAL na Europa.

Nos países emergentes, excluindo o efeito da venda da Medimport em Moçambique, a faturação foi ligeiramente abaixo do ano anteriores, (-0,8%), embora com algumas alterações por geografia. Os países da África francófona são, agora, os maiores mercados, com faturação de € 5,8M, seguidos da América Latina, com faturação de € 5,7M, de Angola e de Moçambique, com faturação de € 4,7M, e, por último, da Eurásia e do Médio Oriente, onde a faturação foi de € 3,8M.

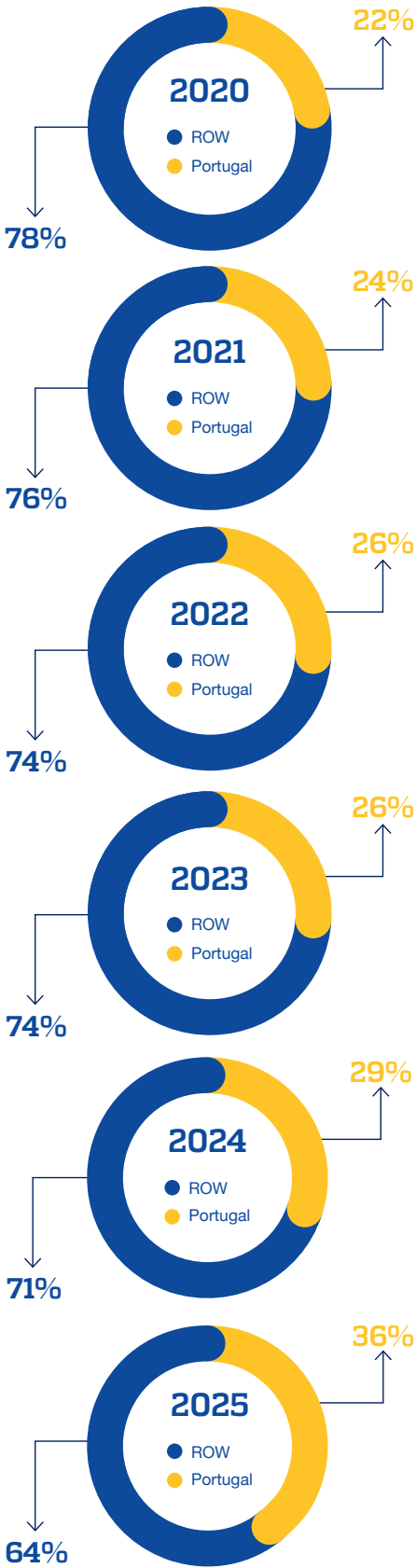
Nestes mercados emergentes, o crescimento mais relevante, excluindo o efeito da venda da Medimport, foi em Angola e Moçambique, com um aumento de 12,6%. Realce, ainda, para o México, novo mercado de Bial, com presença através de distribuidor local, onde a faturação foi de € 1,1M em 2025.

Os serviços prestados foram de € 18,2M (-24% face a 2024), dos quais € 17,4M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional (-8% face ao ano anterior). Ao exterior foram prestados serviços de € 0,8 M, dos quais € 0,2M são "milestones" associados a contratos de licenciamento. Os recebimentos de "milestones" foram essenciais para financiar a I&D, mas nos últimos anos têm, felizmente, um papel secundário uma vez que são as vendas dos medicamentos de investigação Bial que asseguram principalmente esse financiamento. No futuro está estimado receberem-se algumas dezenas de milhões de euros de "milestones" em função do cumprimento de metas contratuais (aprovações e lançamentos nos mercados e/ou cumprimento de valores de faturação). Até 2025 é de salientar o recebimento de € 273,9M de "milestones" dos diversos contratos de licença assinados, que foram essenciais para o financiamento das atividades de I&D.

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL tem, desde a década de noventa, um importante e ambicioso projeto de I&D, muito focalizado no sistema nervoso central, de que resultaram dois novos medicamentos nessa área (Zebinix\Aptiom e Ongentys). Desde 2022, a sua I&D está igualmente focada nas doenças raras de origem neurológica, tendo já dois projetos nessa área.

Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento em I&D, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético inovador, cujo princípio ativo é o acetato de eslicarbazepina,



comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys a nível mundial. Seguiu-se o seu licenciamento para os EUA à empresa Neurocrine e a sua aprovação pela FDA, tendo iniciado a sua comercialização nesse mercado em 2020. Nesse mesmo ano foi também aprovado pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. EUA e Japão são os dois principais mercados da doença de Parkinson.

Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados nos principais mercados farmacêuticos, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, e que foi o fator decisivo para a forte internacionalização do Grupo.

Do projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina) resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, aprovado pela EMA (União Europeia) e pela FDA (EUA), bem como por outras dezenas de autoridades nacionais de saúde, para utilização em terapia adjuvante e em monoterapia, em adultos e crianças. Recordamos que, em 2009, o Zebinix foi lançado em alguns países da União Europeia, seguindo-se outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2024, foi introduzido na região especial de Hainan Boao Lecheng, na China, onde foram desenvolvidos estudos clínicos. Em 2025, como já referido, o Zebinix/Aptiom faturou € 69M, continuando a contribuir de forma decisiva para a faturação da BIAL, não obstante já existirem genéricos nos mercados europeus.

Do projeto BIA9 (Opicapone) resultou um novo medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, aprovada pela EMA em 2016. A sua comercialização ini-

ciou-se em outubro de 2016 na Alemanha e no Reino Unido, seguindo-se os lançamentos em Espanha (2017), Itália e Portugal (2018). Em 2020, foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça; em 2021, em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia; em 2022, na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia; em 2023, na Austrália, Eslovénia, Croácia e Letónia; e, em 2024, na Hungria e Estónia. Pelas suas características farmacológicas, o Ongentys constituiu um contributo importante para os doentes com Parkinson, destacando-se que é comercializado nos países com maior número de doentes com esta doença. Em 2024, foi dada continuidade a alguns estudos clínicos com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente. Pelo seu potencial, continuamos a investir no projeto com o objetivo de robustecer a sua adoção pelos neurologistas. Presentemente, mais de cem mil doentes com a doença de Parkinson estão a ser tratados com Ongentys. A sua faturação, em 2025, foi de € 83M, continuando a ser o medicamento Bial com maior faturação, prevendo-se a continuação do seu crescimento nos próximos anos.

A I&D de BIAL tem um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e que se irá manter no futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuirmos para a saúde de centenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e com a doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. Acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos Bial serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes resultantes dos projetos de investigação em curso, nas suas duas áreas terapêuticas "core".

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, o que credibiliza a qualidade da sua I&D.

O projeto BIA28 tem como objetivo um novo medicamento para a doença de Parkinson quando esta tem como causa mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, o que está associado

a uma progressão acelerada dos seus sintomas e ao seu aparecimento em idades mais precoces. O composto BIA28 é um novo ativador da enzima GCase, ligando-se a essa proteína produzida a partir do alelo GBA1 mutado e do alelo selvagem.

O projeto teve uma evolução muito importante em 2025, com a participação ativa da Bial R&D e da Bial Biotech. Na sequência da assinatura, em novembro de 2022, de um contrato com uma CRO para a realização de um ensaio clínico de fase II (designado por Activate), é de salientar que em 2025 deu-se continuidade do ensaio, tendo sido já completados por 204 doentes dos 273 em curso em centros na Europa e na América do Norte. Em simultâneo com o ensaio clínico, continuaram a ser desenvolvidas múltiplas atividades, nomeadamente parcerias com associações de doentes e investigadores. Em 2025 deu-se início à produção da campanha do princípio ativo do novo fármaco com vista a ser utilizado nos ensaios de fase III, que estimamos que possam ser iniciados no 2º semestre de 2026.

O BIA28 é uma parceria da Bial Portela com a Bial R&D Investments, para o qual foi constituído um consórcio entre estas duas empresas do Grupo Bial, e que deverá envolver um investimento nos próximos três anos de algumas dezenas de milhões de euros. A Bial R&D Investments foi constituída em 2020 e tem como objeto social a investigação farmacêutica de novos medicamentos. Iniciou a sua atividade nesse ano com a aquisição de um conjunto de projetos de investigação a uma empresa americana (LTI), entre os quais o agora identificado como BIA28.

Em virtude de alterações legislativas posteriores à celebração do Contrato de Consórcio, e na sequência dos contactos mantidos com a AICEP, o referido Consórcio será extinto em 2026 e, consequentemente, será transferido a totalidade do Projeto para a BIAL R&D Investments.

Em 2021/22 foi definida uma nova política estratégica para a I&D em BIAL, de que resultou uma reorientação das áreas terapêuticas e a avaliação dos projetos que à data estavam em curso. Em 2023 foi decidido manter como área de investigação prioritária o sistema nervo-

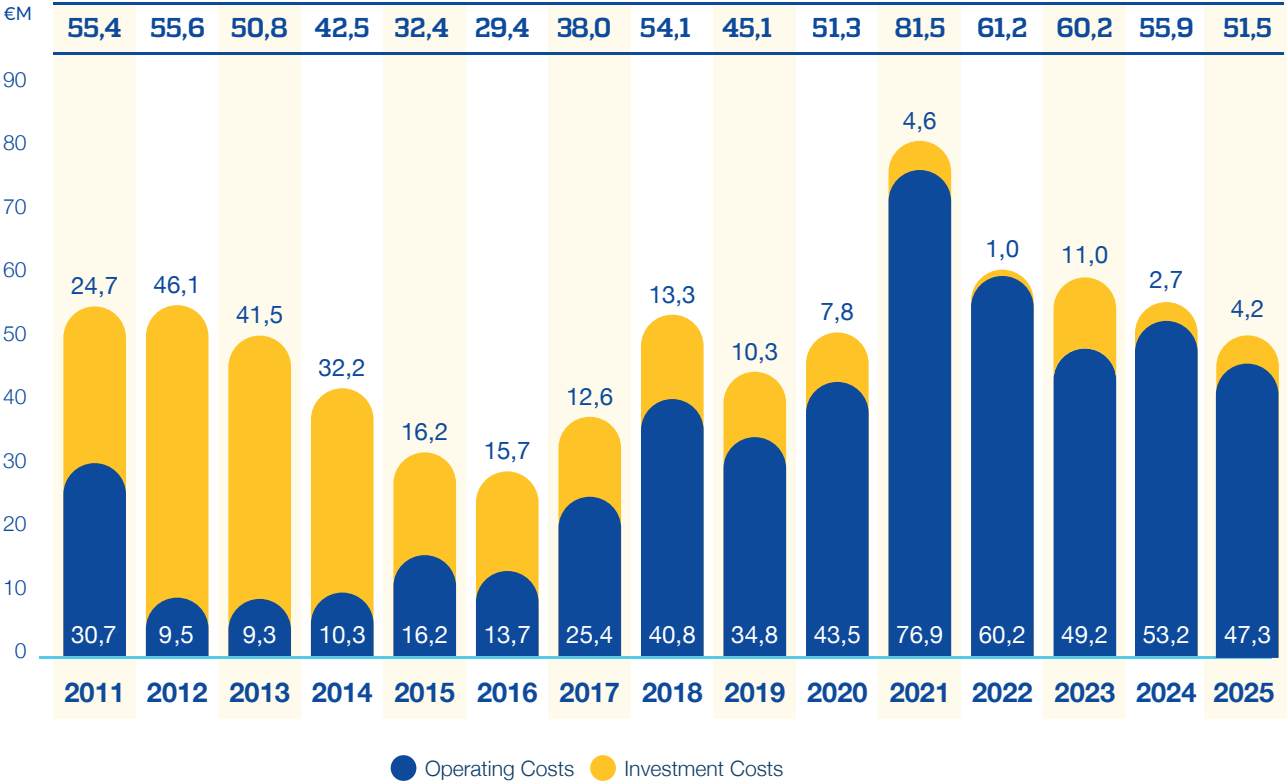
so central, em especial na epilepsia e doença de Parkinson, descontinuar a área cardiovascular, e iniciar uma nova linha de investigação nas doenças raras de origem neurológica. Com isso procura-se acelerar o ciclo de investigação, diversificar o risco de portfólio com um maior número de projetos ativos, e conseguir um maior valor acrescentado terapêutico para os doentes. Há cerca de trezentos milhões de pacientes com doenças raras e 95% dessas doenças não têm soluções terapêuticas.

A par dos três projetos referidos, estão em fase pré-clínica diversos projetos na área das doenças do sistema nervoso central e das doenças raras, que esperamos venham a atingir as fases clínicas nos próximos anos, nomeadamente um ou dois já em 2026.

Em 2025, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 51,5M, repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 47,3M, excluindo amortizações e imparidades;
- Imobilização em ativo intangível e tangível, no valor de € 4,2M.

As amortizações de I&D foram de € 21,2M e a reversão de imparidades foi de € 2,3M. Desta forma temos contabilizados custos de € 66M associados à I&D, incluindo amortizações, imparidades e provisões, o que evidencia o enorme esforço financeiro com os nossos projetos de investigação.



4. SITUAÇÃO ECONÓMICA e FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é sólida, compatibilizando-se o esforço de investimento em I&D com a sua capacidade em gerar EBITDA e cash-flow, a par de um nível de rentabilidade equilibrado. Nos pontos anteriores foram apresentados os fatores que explicam a evolução do volume de negócios e do investimento.

O Grupo tem um balanço robusto, com indicadores de solvabilidade, liquidez e rentabilidade muito positivos, um baixo nível de endividamento financeiro, quer em termos de EBITDA (rácio Net Debt/EBITDA de 1,12), quer em termos do ativo e passivo corrente. Assim, Bial tem condições financeiras para dar continuidade ao seu programa de I&D e, como é seu objetivo em 2026, capacidade de investir em novos ativos, quer de natureza comercial (aquisição de medicamentos já comercializados), quer de projetos de I&D (preferencialmente em fase clínica). Com esses investimentos pretende-se acelerar o crescimento da faturação e reforçar o nível de EBITDA.

A rentabilidade operacional de Bial foi pressionada nos últimos anos pelo impacto da inflação em alguns dos seus inputs, de que salientamos os custos com a energia, transportes, matérias-primas e adjuvantes, para além dos custos salariais. Uma vez que os preços dos medicamentos na quase totalidade dos países em que os comercializamos são controlados administrativamente e mantiveram-se fixos, não foi possível repercutir nos preços de venda o aumento desses custos. Nestas circunstâncias foi necessário implementar diversas medidas para a diminuição dos custos operacionais, nomeadamente o ajustamento da estrutura organizacional, com a redução transversal de um nível de gestão e a racionalização de algumas equipas funcionais.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2025, foram de € 5,3M, (€ 21,9M em 2024), dos quais € 5M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 0,3M aos interesses que não controlam. Os Resultados Antes de Impostos foram de € 8,4M (€ 33,7M em 2024). O EBITDA foi de € 40,4M e os Resultados Operacionais de € 12,6M. Nestes resultados estão incluídos € 66M de custos asso-

ciados à I&D, como referido no ponto anterior. A diminuição do nível de rentabilidade em 2025 face a 2024 deve-se, fundamentalmente, à redução do valor dos "milestones" provenientes dos contratos de licença em - € 3,7M e à redução das vendas de Aptiom nos EUA. O nível de rentabilidade em 2025 é francamente positivo, tendo permitido a redução da dívida financeira e respetivos custos. Os resultados financeiros foram negativos em € 4,1M, uma redução de 30% face a 2024. A dívida financeira líquida do Grupo em 2025.12.31 era de € 45,3M, uma redução de € 16,2M face a 2024, e de que resulta um rácio Net Debt \ EBITDA de 1,12.

Os Capitais Próprios são de € 328,5M, o Passivo de € 200,8M e o Ativo de € 529,3M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira muito positivos. É de salientar que os Capitais Próprios representam 1,6x o Passivo e 62% do Ativo.

BIAL - Portela & Cª é a principal empresa do Grupo, centraliza a atividade industrial e as funções corporativas, sendo a companhia com maior peso em termos comerciais e de I&D. A sua faturação foi de € 263,4M e o seu EBITDA de € 42,4M. Os Resultados Líquidos foram de € 10,1M. O Ativo Líquido é de € 420,4M, o Passivo de € 178,9M e os Capitais Próprios de € 241,5M. Estrutura sólida, com níveis de solvabilidade (1,35) e autonomia financeira (0,57) robustos e um nível de rentabilidade (0,04) em 2025 muito interessante

A filial em Espanha, a segunda maior empresa do Grupo, apresentou um volume de negócios de € 90,4M (+0,4% face a 2024). O seu Resultado Líquido foi de € 4,9M, com um EBITDA de € 7,7M, sendo nulo o seu financiamento. O seu Ativo é de € 31,5M, o Passivo de € 15,9M, e os Capitais Próprios de € 15,6M. O mercado espanhol é estratégico para BIAL e continuará a ser uma prioridade o seu crescimento orgânico, baseado nas neurociências, onde o Kynmobi reforça a gama em conjunto com o Ongentys, e na área respiratória, com o Trydonis, Biresp e Gregal. Zebinix foi e continuará a ser o produto com maior faturação, mantendo estável as suas vendas, não obstante a entrada de genéricos e a redução do seu preço. O sistema nervoso central e a área respiratória continuarão a ser os "drivers" da atividade em Espanha.

A Novipharma teve um contributo positivo para as contas do Grupo, como tem acontecido nos últimos anos, com uma faturação de € 32,3M (+2,9% face a 2024), um Resultado Líquido de € 2,8 M e um EBITDA de € 3,9 M. A evolução positiva do seu volume de negócios resultou principalmente do forte crescimento das vendas para a Coreia do Sul face a 2024. O seu Ativo é de € 78,9 M, o Passivo de € 34,5 M, e os Capitais de € 44,4 M. Em termos operacionais desempenha importantes funções logísticas, de "procurement" associado aos princípios ativos dos medicamentos de investigação BIAL, gestão da produção de APIs, e o relacionamento com licenciadas do Grupo, especialmente as dos países asiáticos.

BIAL Itália teve uma faturação de € 17,8 M, um crescimento de 20% face a 2024, mantendo a boa dinâmica comercial. O Ativo é de € 18,3 M, o Passivo é € 17,6 M, e os Capitais Próprios de € 0,7 M. O Resultado Líquido do exercício foi de € 62K. É o terceiro exercício em que apresenta resultados positivos, após anos de forte investimento na atividade promocional de Ongentys e Zebinix. As estimativas para o próximo triénio têm previsto a obtenção de resultados líquidos positivos e a recuperação das perdas registadas nos últimos anos, reforçando-se a estrutura do seu balanço.

A BIAL R&D Investments é uma filial focada na I&D, que está a desenvolver, em parceria com a Bial - Portela Cª, o projeto BIA28, que é presentemente o mais importante projeto de investigação do Grupo. Não teve receitas próprias, conforme previsto, e na sequência dos seus custos operacionais com as atividades de I&D, teve um EBITDA negativo de € 16,2 M, valor idêntico a esses custos. Os Resultados Líquidos foram negativos em € 13,5 M. O financiamento da sua atividade tem sido suportado pela BIAL Holding, enquadrado na política de I&D do Grupo, mas em 2024 o seu financiamento foi assegurado pela emissão de um empréstimo obrigacionista, de médio prazo, no montante de € 15M.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & Cª ou é de reduzida dimensão, pelo que as suas contas individuais não têm expressão em termos de consolidação contabilística.



O exercício de 2025 caracterizou-se por uma evolução favorável da atividade do Grupo, com o cumprimento de diversos objetivos prioritários, um bom nível de rentabilidade, e reforço dos indicadores de solvabilidade e autonomia financeira. Na I&D foi dada continuidade ao projeto BIA28, assim como aos restantes projetos, quer os relativos aos produtos já em comercialização (BIA2 e BIA9), quer aos novos projetos, incluindo os da área das doenças raras.

É muito preocupante a presente instabilidade política a nível mundial, com um muito significativo aumento do grau de incerteza quanto ao futuro, nomeadamente nos EUA, União Europeia, China e Rússia. Não obstante, e como fator positivo, mantêm-se as expectativas de crescimento económico a nível mundial e a continuação da descida das taxas de juro das principais economias. A guerra de tarifas aduaneiras entre os principais blocos económicos é um fator de instabilidade que poderá causar recessão nas principais economias mundiais. São tempos difíceis que obrigam a uma máxima concentração nos objetivos do Grupo e na capacidade de reação a uma conjuntura instável.

5. SUSTENTABILIDADE

O Grupo BIAL, desde a sua génese, segue uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal integrada nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído e, em 2025, encontra-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, por meio da certificação na área de ambiente (ISO 14001) há mais de duas décadas, bem como por meio de procedimentos e práticas associados à economia circular, à responsabilidade social e à governança e ética.

BIAL - Portela & C.ª, SA, enquanto principal empresa do Grupo, assume um papel central nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. Mas estes princípios e linhas de orientação são perseguidos também por todas as filiais do Grupo, porque o desenvolvimen-

to sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar.

A Sustentabilidade está incorporada na política estratégica e, em 2025, foi publicado o primeiro relatório de Sustentabilidade de acordo com a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), antes do prazo legal estipulado (2026), como anexo do Relatório de Gestão, numa clara demonstração de transparência. Este permitiu sistematizar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados, tendo sido este o segundo ano consecutivo em que a BIAL publica este relatório. Face à alteração do enquadramento legal e mantendo o seu compromisso com a sustentabilidade e a transparência, a BIAL continua a publicar este relatório de acordo com a CSRD, apesar de estar isenta desta obrigatoriedade. Importa destacar que o Relatório de Sustentabilidade 2024 foi distinguido com o estatuto de Excelência no ESG Transparency Award 2025, reconhecimento que reforça a nossa dedicação à transparência e à integração da Sustentabilidade na estratégia do Grupo.

O Conselho de Administração pretende a continuidade do trabalho desenvolvido, em linha com a legislação da União Europeia, e tendo como foco a criação de valor acrescentado para todas as partes interessadas, em especial os doentes que necessitam dos nossos medicamentos.

Na BIAL, acreditamos que Ambiente e Governança fortalecem o nosso compromisso de sermos cada vez mais verdadeiros Partners in Life, imperativos para contribuir para um mundo sustentável a longo prazo, com melhor qualidade de vida para todos os seres humanos.

Em anexo, apresentamos o relatório de sustentabilidade de 2025, que mostra os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo nesta área e a sua evolução. Reforçamos que a BIAL apresenta este relatório apesar de não estar sujeita a qualquer obrigação legal para o fazer.

6. FACTOS SUBSEQUENTES a

2025.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2025.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2025 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2026 para as diversas empresas do Grupo.

7. PERSPETIVAS PARA 2026

O Grupo BIAL continuará a desenvolver a sua atividade de acordo com os vetores estratégicos aprovados, que têm orientado o seu desenvolvimento como grupo farmacêutico internacional focalizado na investigação de medicamentos inovadores, que contribuam para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Estão aprovados pelo Conselho de Administração para 2026, para todas as empresas do Grupo, os Planos e Orçamentos de Exploração e de Investimento, assim como os objetivos da Comissão Executiva.

Em 2026 são de salientar os seguintes projetos e atividades:

• Na área de I&D:

- Continuar a otimizar um investimento significativo em projetos de I&D de elevada qualidade, tanto internos como obtidos externamente, nas áreas de Neurociências e Doenças Raras, com uma fundamentação sólida da doença, risco técnico reduzido, uma estratégia translacional robusta e um caso comercial consistente, tendo em conta a necessidade de manter uma abordagem equilibrada entre investimento e volume de negócios, através da redução do risco financeiro (parcerias, coinvestimento).

- Conduzir e concluir o ensaio clínico de Fase IIb BIA 28 de acordo com os prazos definidos, para apoiar atividades ativas de parceria, com o objetivo de preparar o arranque contínuo/sem interrupções do(s) ensaio(s) de Fase III.

- Gestão atempada e disponibilização dos resultados dos estudos Fase IV de ONgentys. Continuar a avançar e a entregar projetos de ciclo de vida de ONgentys.

- Conduzir e concluir o estudo em voluntários saudáveis iniciado em 2025 com o BIA 38, e avançar para o SAD/MAD (Fase I).

- Construir um fluxo sustentável de projetos em fase inicial, internos ou em parceria, nas áreas de Neurociências e Doenças Raras, visando iniciar novos projetos, criando assim opções para a Bial investir ou estabelecer parcerias na fase clínica ou antes dela.

- Continuar a reforçar o novo modelo operacional de I&D baseado na excelência e liderança científicas, agilidade e transparência, e em resultados positivos para os doentes.

• Na Área Comercial:

- Reforçar o dinamismo de crescimento e a criação de valor para os doentes do nosso portefólio comercial, com foco no Ongentys, um medicamento de investigação Bial, complementado por inovação-chave in-licensed.

- Sustentar o crescimento de dois dígitos do Ongentys nos mercados, enquanto principal produto gerador de receitas da Bial e principal motor de crescimento do Grupo no médio prazo. Reforçar a execução com foco na Europa, EUA, Japão, China e Austrália, com o objetivo de tornar o Ongentys o padrão de cuidados para pessoas com Doença de Parkinson em terapêutica com L-dopa.

- Otimizar a contribuição do Zebinix/Aptiom, preservando a sua posição competitiva e a criação de valor para os doentes em Espanha, França, Portugal e Irlanda, enquanto se gere a transição pós-expiração de patente nos EUA.

- Maximizar o crescimento da inovação licenciada na Península Ibérica, reforçando o desempenho do Elebrato, Elvanse, Edistride e Ebymect (Portugal), bem como do Trydonis e Biresp (Espanha).

- Acelerar a introdução do Kynmobi em países europeus-chave, lançando as bases para um novo paradigma de tratamento on-demand.

• Na área do Business Development:

- Continuamente procurar e concretizar oportunidades de in-licensing na área do Sistema Nervoso Central (SNC) e ativos para a Ibéria, em linha com a estratégia e a Visão 2030 da Bial.

- Operar e reforçar um processo eficiente de gestão de alianças em todas as parcerias atuais e futuras, com foco na maximização das vendas dos produtos da Bial e na garantia do desenvolvimento eficaz e disciplinado de projetos adquiridos externamente.

- Executar o out-licensing dos projetos de I&D da Bial de acordo com a estratégia acordada.

• Nas Áreas Financeira, Operacional e Corporate:

- Cumprir os objetivos de Turnover e EBITDA de 2026, assegurando a tradução da estratégia em metas, targets, iniciativas e orçamentos mensuráveis, com monitorização contínua do desempenho e disciplina rigorosa de OPEX, maximizando a produtividade do investimento e reforçando modelos de controlo de gestão que suportem a tomada de decisão.

- Controlar adequadamente as necessidades de financiamento e o nível de fundo de maneo, garantindo o acesso a recursos financeiros externos em condições de mercado adequadas e mantendo políticas robustas de planeamento e controlo financeiro que suportem a atividade corrente e potenciais investimentos comerciais e de I&D.

- Garantir um nível elevado de serviços a clientes externos e internos, reforçando a eficiência e a qualidade dos serviços globais, com foco na melhoria contínua, na digitalização de processos e numa operação integrada de Sales & Operations Planning (previsão de procura e políticas de inventário) que assegure níveis de stock controlados sem comprometer a performance de serviço, sempre orientados para melhor servir os doentes.

- Proporcionar boas condições de trabalho e um ambiente estimulante, promovendo uma cultura de feedback e desenvolvimento de talento (formação, mentoring e planos de desenvolvimento individual), assegurando a retenção e atração de profissionais através de progressão meritocrática, flexibilidade, reconhecimento e políticas de compensação competitivas, e implementando uma estratégia transversal de Diversidade, Equidade e Inclusão.

- Desenvolver e modernizar os sistemas e plataformas digitais da Bial, concretizando os projetos aprovados e acelerando a digitalização de processos end-to-end, escalando tecnologias emergentes - em particular IA e plataformas data-driven - para aumentar agilidade, eficiência e crescimento, assegurando simultaneamente conformidade com requisitos regulamentares e uma governação de dados robusta.

- Reforçar a qualidade, compliance e gestão de risco, mantendo e fortalecendo o Programa de Corporate Compliance (governance, third-party risk, monitorização e cultura de integridade), assegurando a conformidade com requisitos de qualidade e regulamentares (GxP) e promovendo auditorias alinhadas com as melhores práticas, bem como a integração estratégica de sustentabilidade (IRO) na gestão de risco e planeamento do Grupo.

É com especial satisfação e confiança no futuro que apresentamos os resultados e contas do exercício de 2025. A sólida estrutura económica e financeira do Grupo, os projetos em curso e os objetivos estratégicos definidos no âmbito da Bial Vision 2030, aliados à confiança depositada pelos seus acionistas, colaboradores, profissionais de saúde e doentes, são garantias substanciais para o futuro de Bial ao continuar em 2026 mais um ano no segundo século da sua existência. Com entusiasmo e empenho ímpares, vamos continuar a disponibilizar os nossos medicamentos em várias dezenas de países e a milhões de pacientes, e descobrir novos medicamentos que melhorem a qualidade de vida dos pacientes que deles necessitem.

Trofa, 2026.03.13

O Conselho de Administração de BIAL HOLDING, S.A. (empresa-mãe)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Presidente**
 ANTÓNIO PORTELA | **CEO**
 JOSÉ REDONDO | **Vogal**
 RICHARD PILNIK | **Vogal**
 MELANIE LEE | **Vogal**
 PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**
 PEDRO GONÇALVES | **Vogal**
 MIGUEL PORTELA | **Vogal**
 JOERG HOLENZ | **Vogal**
 MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**
 JASMINE ZHONG | **Vogal**



8. ANEXOS

BIAL Holding S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros			
DATAS			
ATIVO	Notas	2025.12.31	2024.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 358 625	12 358 625
Edifícios e outras construções		23 305 485	24 135 485
Equipamento básico		20 886 304	21 008 661
Equipamento de transporte		59 763	113 909
Equipamento administrativo		80 303	1 072 080
Outros ativos fixos tangíveis		291 111	298 377
Ativos fixos tangíveis em curso		2 466 434	1 775 598
Adiantamentos a fornecedores de investimento		0	161 583
	12	59 448 025	60 924 319
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		96 843 028	115 672 272
Propriedade industrial		9 845 395	10 290 105
Outros ativos intangíveis		4 600 381	4 058 219
Ativos intangíveis em curso		15 232 004	15 006 917
Goodwill	8	0	1 698 137
	12	126 520 808	146 725 651
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em outras empresas		3 003 585	114 820
Outros investimentos financeiros		124 605	124 520
	12	3 128 190	239 340
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Outros créditos a receber	14	15 607 561	20 228 926
		15 607 561	20 228 926
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	10	49 696 040	50 075 317
		49 696 040	50 075 317
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		98 176 838	99 209 591
Mercadorias		13 928 398	12 458 962
Produtos e trabalhos em curso		4 523 281	2 665 285
Produtos acabados e intermédios		10 047 217	26 306 950
	13	126 675 734	124 018 429
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	11	45 610 818	36 451 246
Estado e outros entes públicos	15	3 860 717	4 856 058
Outros créditos a receber	14	18 038 449	16 987 617
		67 509 984	67 614 254
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	16	3 871 448	3 810 847
		3 871 448	3 810 847
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		0	990 238
Depósitos à ordem		76 795 889	54 381 452
Caixa		45 745	49 932
	5	76 841 634	55 421 622
TOTAL DO ATIVO			
		529 299 423	529 058 706

BIAL Holding S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros			
DATAS			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2025.12.31	2024.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prêmios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		174 900	25 800
De conversão cambial		8 087 361	8 283 784
Outras reservas		97 514 876	79 292 997
Subsídios		14 724 950	18 080 022
Instrumentos financeiros		0	0
Resultados transitados		133 504 553	133 071 660
Subtotal		319 006 640	303 754 264
Resultado líquido do exercício		5 025 521	21 135 218
		324 032 161	324 889 481
Interesses que não controlam		4 425 456	4 876 059
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		328 457 617	329 765 541
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	19	849 815	1 028 673
Empréstimos obrigacionistas	17	47 142 856	81 428 571
Financiamentos obtidos	17	8 775 504	19 535 604
Passivos por impostos diferidos	10	1 307 753	1 486 805
Outras dívidas a pagar	14	3 472 381	4 951 853
		61 548 308	108 431 507
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	35 519 749	36 106 381
Estado e outros entes públicos	15	4 759 602	3 198 576
Empréstimos obrigacionistas	17	34 285 714	4 285 714
Financiamentos obtidos	17	31 932 296	11 658 667
Fornecedores de investimentos		1 326 368	2 123 726
Outras dívidas a pagar	14	30 364 885	33 197 392
		138 188 614	90 570 457
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer		1 104 884	291 201
		1 104 884	291 201
TOTAL DO PASSIVO			
		200 841 807	199 293 165
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		529 299 423	529 058 706

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em euros

		PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas	20	308 803 571	309 426 341
Serviços prestados	20	18 220 046	24 029 599
Volume de negócios		327 023 617	333 455 940
Subsídios à exploração	21	1 619 159	150 891
Trabalhos para a própria entidade		5 940	0
Variação nos inventários da produção		2 660 824	186 975
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-115 397 862	-100 219 302
Fornecimentos e serviços externos	23	-91 475 286	-95 944 920
Gastos com o pessoal	24	-73 043 490	-71 605 949
Perdas por imparidade	19; 25	-4 210 580	-1 854 890
Provisões	25	-313 496	-158 798
Reversões	19; 25	2 733 917	4 128 205
Outros rendimentos	26	8 337 749	17 041 379
Outros gastos	27	-17 522 479	-17 715 957
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40 418 014	67 463 573
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-30 028 797	-29 665 174
Imparidade de ativos depreciaíveis/amortizáveis (perdas)/reversões	12; 25	2 196 171	1 838 279
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 585 387	39 636 679
Juros e rendimentos similares obtidos	28	76 073	714 598
Juros e gastos similares suportados	28	-4 218 745	-6 672 378
Resultado antes de impostos		8 442 715	33 678 898
Imposto sobre o rendimento do período	10	-3 115 768	-11 787 615
Resultado líquido do período		5 326 947	21 891 283
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5 025 521	21 135 218
Interesses que não controlam		301 426	756 065

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2024

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	9 405 117	51 840 553	20 611 613	136 615 230	0	26 007 082	309 505 396	5 041 218	314 546 614
Aplicação resultado líquido					27 350 650		-1 343 568		-26 007 082	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	9 405 117	79 191 203	20 611 613	135 271 660	0	0	309 505 395	5 041 218	314 546 614
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				-1 121 333						-1 121 333	-114 442	-1 235 775
Subsídios						-3 563 755				-3 563 755		-3 563 755
Ajustamentos por impostos diferidos					101 793	1 032 164				1 133 957		1 133 957
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0		0
	0	0	0	-1 121 333	101 793	-2 531 591	0	0	0	-3 551 131	-114 442	-3 665 573
Resultado líquido do período									21 135 218	21 135 218	756 065	21 891 283
Resultado integral									21 135 218	17 584 087	641 623	18 225 710
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-2 200 000			-2 200 000		-2 200 000
Outras operações										0	-806 782	-806 782
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	8 283 784	79 292 997	18 080 022	133 071 660	0	21 135 218	324 889 481	4 876 059	329 765 541

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2025

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	8 283 784	79 292 997	18 080 022	133 071 660,26	0	21 135 218	324 889 481	4 876 059	329 765 541
Aplicação resultado líquido			149 100		18 153 224		2 832 894		-21 135 218	0		0
	52 500 000	12 500 000	174 900	8 283 784	97 446 221	18 080 022	135 904 553	0	0	324 889 482	4 876 059	329 765 541
Alterações de políticas contabilísticas				-196 423								-196 423
Diferenças de conversão demons. financeiras										0	52	52
Subsídios						-4 834 544				-4 834 544		-4 834 544
Ajustamentos por impostos diferidos					68 652	1 479 472				1 548 124		1 548 124
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0		0
	0	0	0	-196 423	68 652	-3 355 071	0	0	0	-3 286 419	52	-3 482 790
Resultado líquido do período								0	5 025 521	5 025 521	301 426	5 326 947
Resultado integral								0	5 025 521	1 739 102	301 477	1 844 157
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-2 400 000			-2 400 000		-2 400 000
Outras operações										0	-752 080	-752 080
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	174 900	8 087 361,47	97 514 875,54	14 724 950,40	133 504 552,63	0	5 025 521	324 032 161	4 425 456	328 457 617

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		2025	2024	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	346 860 428		353 918 133	
Pagamentos a fornecedores	-227 617 596		-217 444 984	
Pagamentos ao pessoal	-69 002 360		-65 989 604	
Caixa gerada pelas operações	50 240 472		70 483 545	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	627 980		-5 616 311	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-22 863 468		-10 478 903	
	28 004 984		54 388 330	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		28 004 984		54 388 330
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-9 063 337		-11 138 740	
Ativos intangíveis	0		0	
Investimentos financeiros	-281 009		0	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	-847 562	-10 191 908	-4 929 134	-16 067 874
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros			9 849 039	
Outros ativos				
Subsídios ao investimento	1 104 950		4 280 660	
Juros e rendimentos similares				
Dividendos		1 104 950		14 129 699
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-9 086 958		-1 938 175
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	62 000 000		264 000 000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Juros e rendimentos similares	75 628		781 870	
Outras operações de financiamento	0	62 075 628	0	264 781 870
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-53 550 809		-328 869 048	
Juros e gastos similares	-2 859 295		-2 998 057	
Dividendos	-3 163 538		-3 018 431	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	0	-59 573 642	0	-334 885 536
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 501 986		-70 103 666
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		21 420 011		-17 653 511
Efeito das diferenças de câmbio		0		0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)		55 421 622		73 075 133
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)		76 841 633		55 421 622



V. ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2025

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL tem por objeto social a produção, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2026.03.13.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2025.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;

- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

Em 2025, as taxas de amortização definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada são as seguintes:

	2025	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%	
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%	
Equipamento de transporte	20% e 25%	
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%	

	2024	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%	
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%	
Equipamento de transporte	20% e 25%	
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%	

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

c) Goodwill

O *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O *goodwill* relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço, cuja amortização terminou em 2025.12.31.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do *goodwill* constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o *goodwill* retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o *goodwill* é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o *goodwill* é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o *goodwill* faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o *goodwill* associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O *goodwill* desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O *goodwill* apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa testa o *goodwill* quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.



d) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento.....	5%
Software-validações.....	33.33%
Propriedade industrial.....	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2 na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

- a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.
- O investimento no medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de *licensing-out* celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália. Em 2023 destaca-se a substituição do distribuidor nos EUA.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quan-

do incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização, sendo a mais relevante a da Apomorfina (Kynmobi).

d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;
- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;

- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per si para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

f.1) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.2) Outras dívidas a receber

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "financiamentos obtidos" do balanço.

g) Imposto sobre o rendimento

g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reavaliados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Para os impostos diferidos sobre as empresas portuguesas, de acordo com a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, foi estabelecida uma taxa de IRC de 17%, havendo um regime transitório, no qual o imposto é de 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028. Tendo em consideração estas alterações fiscais, os impostos diferidos ativos foram reavaliados com base nas taxas de imposto que se espera estejam em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas.

Portugal:

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite.

h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

- Produtos acabados** - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
- Produtos intermédios** - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
- Produtos e trabalhos em curso** - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
- Matérias-primas** - ao custo médio de aquisição.
- Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)** - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

l) Rubricas do capital próprio

I.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da Bial Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

I.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o nº 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem; 32/74
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

I.6) Outras variações no capital próprio - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros" e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2025:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0.9292	0.9329
GBP	0.8709	0.8743
USD	1.1706	1.1752
JPY	183.257	183.992
SEK	10.789	10.8323
CAD	1.6041	1.6105

2024:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0.9386	0.9423
GBP	0.828	0.8314
USD	1.0389	1.0431
JPY	162.204	162.855
SEK	11.4233	11.469
CAD	1.493	1.499

As taxas de câmbio médias utilizadas em 2025 e 2024 foram as seguintes:

	2025	2024
GBP	0,85685	0,84662
CHF	0,93703	0,95263
USD	1,12994	1,08238
AOA	1035,44366	940,80431
MZN	-	68,92850

p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do contínuo envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos ("milestones") que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o "milestone" é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o guidance da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por

base a capacidade normal de produção.

r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- a) Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- b) Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(s2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em "outros ativos financeiros" ou em "financiamentos obtidos" consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2025 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,

ou

A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

w) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

x) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda e atividades operacionais descontinuadas

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
 - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
 - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controle;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controle.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controle, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses que não controlam são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “stand-alone value” para a contraparte. Esta avaliação requiere um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais.

Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para

os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça. Em 2022 iniciou-se a comercialização na Austrália.

Em 2020 foi adquirido um conjunto de ativos intangíveis relativos a projetos de investigação na área da doença de Parkinson (BIA 28), incluindo direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Nos últimos anos foi dada sequência às atividades de I&D do BIA 28, sendo neste momento o projeto com maior alocação de capital.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área das neurociências, em 2022 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo 44/74

Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL iniciou a sua comercialização em 2024 na Alemanha e em 2025 em Portugal, Espanha e Itália.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera. Ver ponto 3.1 a) relativamente à alteração das vidas úteis de imobilizado.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medica-

mentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar a goodwill a partir de 2016 por um período de 10 anos.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/milestones do BIA 28 bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2025	2024
Numerário	45.745	49.932
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	76.795.889	54.381.452
Depósitos a prazo	0	990.238
Disponibilidades constantes do balanço	76.841.634	55.421.622
Caixa e seus equivalentes	76.841.634	55.421.622

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A.

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & Cª., S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL Consumer Health, S.A..	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	99.94%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

8. Goodwill

A goodwill diz respeito às seguintes participações:

	Ano de Aquisição	2025	2024
BIAL - Portela & Cª., S.A.	2001-2003	0	1 698 137

O goodwill de Bial – Portela & Cª, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016, tendo a sua amortização terminado em 2025.

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Durante o exercício findo a 31.12.2024 ocorreu a alienação de 100% do capital social da Medimport, Lda (Nota 29).

10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Saldo 31 de dezembro de 2024				
Reavaliação livre de terrenos -Portugal	-6.481.457		1.375.679	-1.375.679
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	12.447.258	2.641.676		2.641.676
Diferenças temporárias - Espanha		1.698.805	110.114	1.588.691
Diferenças temporárias - Itália	839.677	216.602		216.602
Diferenças temporárias - Suíça	395.572	54.589		54.589
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	17.742.500	3.814.638		3.814.638
Créditos fiscais - Itália		1.104.320		1.104.320
Diferenças temporárias - Bial UK	-4.539		1.012	-1.012
Créditos fiscais - Portugal (a)		40.544.687		40.544.687
		50.075.317	1.486.805	48.588.513

Movimento do ano, líquido

Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões- Portugal (a)		-405.562		-405.562
Diferenças temporárias - Espanha	-1.547.685	-497.035	-110.114	-386.921
Diferenças temporárias - Itália	748.281	179.587		179.587
Diferenças temporárias - Suíça	-56.576	-7.808		-7.808
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça e alteração de taxa de imposto (c)	-1.315.000	67.558		67.558
Créditos fiscais - Itália		-200.771		-200.771
Créditos fiscais - Portugal (a)	484.754	484.754		484.754
Subtotal (1)		-379.277	-110.114	-269.163

Sem impacto na DR

Reavaliação livre de terrenos - Portugal	68.652		-68.652	68.652
Diferenças temporárias – Bial UK			-286	286
Subtotal (2)		0	-286	286
Total (1)+ (2)		-379.277	-110.400	-268.877

Saldo 31 de dezembro de 2025

Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6.412.805		1.307.026	-1.307.026
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	12.447.258	2.236.115		2.236.115
Dif temporária – Espanha		1.201.770	0	1.201.770
Dif temporária – Itália	1.587.958	396.190		396.190
Diferenças temporárias – Suíça	338.995	46.781		46.781
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	16.427.500	3.882.195		3.882.195
Créditos fiscais - Itália		903.549		903.549
Diferenças temporárias – Bial UK			726	-726
Créditos fiscais – Portugal (a)		41.029.441		41.029.441
		49.696.040	1.307.752	48.388.288

(a) As alterações ocorridas no crédito fiscal de Portugal são referentes à criação de impostodiferido sobre o montante de prejuízos fiscais sobre o ano de 2025, gerado pelo RETGS. Os impostos diferidos sobre os créditos fiscais do SIFIDE mantiveram-se com o mesmo montante.

(b) A redução mais significativa é referente à reavaliação dos impostos diferidos ativos de Portugal com base nas taxas de imposto que se espera estejam em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão realizadas – 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 2028. Adicionalmente, foi constituído impostos diferidos sobre a imparidade de clientes, outras contas a receber e inventários.

(c) O valor corresponde à atualização da taxa de IRC das filiais espanhola, italiana e suíça referente à diferença temporária gerada pelo licenciamento do medicamento Ongentys de Bial Portela.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente		Montante
Imposto corrente:		
Resultado antes de impostos		8.442.715
Diferenças permanentes		664.769
Diferenças temporárias		-3.360.723
Resultado tributável		5.746.762
Taxa de imposto (Sede)		20%
Outras diferentes bases		10%-32%
	Coleta	2.315.710
Tributações autónomas e derrama		530.895
	(I) Imposto corrente	2.846.605
Imposto diferido:		
Movimento no período		269.163
	(II) Imposto diferido	269.163
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	3.115.768

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revis-
tos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os
mesmos possam ser utilizados.



Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2016	7.958	2026
SIFIDE	2017	7.362	2027
SIFIDE	2018	9.485	2028
SIFIDE	2019	6.854	2029
SIFIDE	2020	5.441	2029
SIFIDE	2021	7.751	2029
SIFIDE	2022	5.382	2030
SIFIDE (*)	2023	13.775	2031
SIFIDE (*)	2024	6.475	2036
SIFIDE (*)	2025	3.271	2037
TOTAL		73.754	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2025, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 73,8M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. Deste valor, encontram-se aprovados pela Comissão Certificadora o montante de € 53,3 M. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 39,3 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador). Além dos créditos fiscais sobre SIFIDE em Portugal, existem ativos por impostos diferidos criados associados a prejuízos fiscais da BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A. no montante de € 1,7 M.

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais do Grupo, dos anos de 2020 a 2025, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

11. Clientes

	2025	2024
Subsidiárias portuguesas:		
Clientes armazenistas	10.173.599	556.913
Clientes laboratórios	5.215.888	3.016.898
Clientes estrangeiros	23.485.923	24.847.162
Outros	18.674	37.062
	38.894.084	28.458.034
Subsidiárias estrangeiras:		
Clientes de Bial Espanha	4.094.518	6.341.598
Clientes de Bial Angola	197.383	588.646
Clientes de Medimport	0	0
Clientes de Bial Itália	2.253.617	2.058.954
Clientes da Bial Suíça	541.892	463.542
Clientes Novipharma	2.720.244	84.117
Total sem imparidade	48.701.738	37.994.890
Total Clientes	45.610.818	36.451.246

O Grupo dispõe de dois contratos de factoring sem recurso, ao abrigo dos quais, foram adiantados € 4.7M (2024: € 13,7M).

Está constituída uma imparidade global de € 3 090 920, da qual € 2 921 522 é originária das subsidiárias localizadas em Portugal, € 169 174 da subsidiária localizada em Angola e € 224 da subsidiária italiana. Em 2024 a imparidade acumulada global ascendeu a € 1 543 644.

12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

2025				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.358.625	0	0	12.358.625
Edifícios e outras construções	43.368.847	113.967	-61.894	43.420.919
Equipamento básico	47.132.231	287.238	1.273.830	48.693.299
Equipamento de transporte	345.966	0	-149.732	196.234
Equipamento administrativo	13.759.180	166.588	207.400	14.133.168
Outros ativos fixos tangíveis	1.822.557	18.411	-1.060	1.839.908
Imobilizações em curso	1.775.598	2 234.885	-1.544.049	2.466.434
Adiantamentos a fornecedores de investimento	161.583	180 498	-342.081	0
	120.724.588	3.001.586	-617.586	123.108.588
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	350.326.338	61.699	0	350.388.037
Propriedade industrial	57.787.970	1.707.761	-1.233.236	58.262.495
Outros ativos intangíveis	4.568.974	193.184	359.946	5.122.104
Ativos intangíveis em curso	16.643.254	1.195.369	-1.294.736	16.543.888
Goodwill	16.981.372	0	0	16.981.372
	446.307.907	3.158.014	-2.168.026	447.297.895
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	114.820	2.888.765	0	3.003.585
Partes de capital em outras empresas	124.520	0	0	124.520
	239.340	2.888.765	0	3.128.105
TOTAL	567.271.835	9.048.365	-2.785.612	573.534.588

O investimento no ativo fixo tangível, em 2025, ascendeu a € 3 M, sendo os montantes mais relevantes relativos ao Parque de Desportos (€ 0,5M) e equipamento produtivo (€ 0,2M).

Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, investimento de cerca de € 0,5 M em Propriedade Industrial no medicamento para a doença de Parkinson (Ongentys), de € 1 M relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina, com o início da comercialização em Portugal, Espanha e Itália (ver nota 3).

As Partes de Capital em outras empresas são constituídas pelos seguintes investimentos:

- €2 888 765 no Fundo de Investimento Biovance, novo fundo de biotecnologia, que é detido pela Biovance Capital, o principal investidor na área da saúde em Portugal. De referir, que esta participação se encontra registada ao justo valor (variação no exercício negativa de € 111K) e a 2025.12.31 apresenta um passivo associado de € 2,7M;
- € 24 940 no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET);
- € 49 880 na Escola de Gestão do Porto (EGP), atual Porto Business School;
- € 15 000 na COTEC Portugal
- € 25 000 Fundação AEP

A diminuição em “Outras Aplicações Financeiras” deve-se ao resgate das verbas relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor.

2024					
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÃO Medimport	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	12.358.625	0		0	12.358.625
Edifícios e outras construções	35.752.162	171.636	-31.555	7.476.604	43.368.847
Equipamento básico	43.045.695	939.231	-20.585	3.167.889	47.132.231
Equipamento de transporte	955.425	0	-596.541	-12.918	345.966
Equipamento administrativo	13.667.955	213.919	-121.840	-853	13.759.180
Outros ativos fixos tangíveis	1.824.949	50.386	-34.047	-18.730	1.822.557
Imobilizações em curso	11.140.545	1.746.651		-11.111.598	1.775.598
Adiantamentos a fornecedores de investimento	632.551	230.214		-701.182	161.583
	119.377.907	3.352.037	-804.568	-1.200.788	120.724.588
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Projetos de desenvolvimento	350.108.758	217.580		0	350.326.338
Propriedade industrial	48.682.528	917.153		8.188.289	57.787.970
Outros ativos intangíveis	3.291.917	271.846	-358.365	1.363.575	4.568.974
Ativos intangíveis em curso	23.481.282	1.632.336		-8.470.364	16.643.254
Goodwill	16.981.372	0		0	16.981.372
	442.545.857	3.038.915	-358.365	1.081.501	446.307.907
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de capital em outras empresas	114.820	0		0	114.820
Outras aplicações financeiras	448.348	0		-323.828	124.520
	563.168	0	0	-323.828	239.340
TOTAIS	562.486.932	6.390.953	-1.162.934	-443.116	567.271.835

b) Depreciações e Amortizações

2025				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	19.233.362	1.030.251	-148.178	20.115.435
Equipamento básico	26.123.570	1.748.065	-64.641	27.806.994
Equipamento de transporte	232.056	41.494	-137.080	136.470
Equipamento administrativo	12.687.101	1.384.616	-18.851	14.052.866
Outros ativos fixos tangíveis	1.524.180	24.912	-294	1.548.798
	59.800.269	4.229.338	-369.044	63.660.563
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	225.538.869	21.166.212	0	246.705.081
Propriedade industrial	46.292.081	2.924.141	-1.308.457	47.907.765
Outros ativos intangíveis	510.754	10.969	0	521.723
Goodwill	15.283.235	1.698.137	0	16.981.372
	287.624.938	25.799.459	-1.308.457	312.115.940
TOTAIS	347.425.207	30.028.797	-1.677.501	375.776.503

Na rubrica Projetos de Investimento inclui-se a amortização anual do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5.379.628, € 7.339.879 e € 2 146 461, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.969.629), cuja comercialização se iniciou em 2016.

2024					
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS		TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	0	0		0	0
Edifícios e outras construções	18.219.276	1.050.061	-35.663	-312	19.233.362
Equipamento básico	24.684.060	1.607.493	-98.081	-69.903	26.123.570
Equipamento de transporte	710.386	61.357	-449.559	-90.128	232.056
Equipamento administrativo	11.340.479	1.362.212	0	-15.590	12.687.101
Outros ativos fixos tangíveis	1.535.292	23.610	-29.850	-4.872	1.524.180
	56.489.493	4.104.733	-613.153	-180.805	59.800.269
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Projetos de desenvolvimento	204.378.845	21.160.024	0	0	225.538.869
Propriedade industrial	43.748.924	2.645.151	0	-101.994	46.292.081
Outros ativos intangíveis	762.355	57.129	-259.655	-49.075	510.754
Goodwill	13.585.097	1.698.137	0	0	15.283.235
	262 475 221	25.560.441	-259.655	-151.069	287.624.938
TOTAIS	318 964 714	29.665.174	-872.808	-331.874	347.425.207

c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	UTILIZAÇÃO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento - Bia 2	9.101.074	0	0	2.275.268	6.825.806
Outros	2.856.244	79.098	-1.100.000	0	1.835.342
TOTAL	11.957.318	79.098	-1.100.000	2.275.268	8.661.148

Encontram-se registadas perdas por imparidade de € 3 480 657 e € 3 345 148 relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente. Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de

"milestones", deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

O cálculo do valor descontado (método dos "Discounted Cash-Flows") é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto – 8,8% (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para três anos aprovados pela administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

13. Ativos em poder de terceiros

a) Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros pertencente à Bial, a 2025.12.31, ascende a € 34.283.006 (€ 19.741.377 em 2024) constituído, essencialmente, por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

b) Inventários

A 31 de dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

2025			
	Valor bruto	Imparidade (nota19)	Total
Mercadorias	14.864.205	-935.807	13.928.398
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	99.170.383	-993.545	98.176.838
Produtos e trabalhos em curso	4.987.570	-464.289	4.523.281
Produtos acabados e intermédios	10.199.379	-152.163	10.047.217
TOTAL	129.221.537	-2 545 803	126.675.734

2024			
	Valor bruto	Imparidade	Total
Mercadorias	13.128.723	-669.761	12.458.962
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	99.714.246	-504.655	99.209.591
Produtos e trabalhos em curso	3.735.784	-1.070.499	2.665.285
Produtos acabados e intermédios	9.969.172	-284.581	9.684.592
TOTAL	126.547.925	-2.529.496	124.018.429

14. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

a) Ativos

	2025	2024
Outros créditos a receber	15.607.561	20.228.926
Longo prazo	15.607.561	20.228.926
Adiantamentos a fornecedores	6.236.096	7.421.553
Depósito caucional – Bial Itália	2.527.564	2.527.564
Devedores por acréscimo de rendimentos	3.107.131	9.319.333
Outros	6.167.659	7.038.499
Curto prazo	18.038.449	26.306.950

Está constituída uma imparidade de € 389.957 (2024: € 6.150), ver nota 19.



Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a subsidiária Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria-prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber, sendo € 15,6 M (2024: € 20,2 M) classificado como “Longo Prazo” (valor proporcional ao fornecimento de matéria-prima após 2026) e € 4,7 M (2024: € 4,4 M) classificado como “Curto Prazo”, incluído na linha “Outros”.

O depósito caucional – Bial Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

A rubrica acréscimos de rendimento inclui € 1,3 M relativos a penalidade contratual decorrente do não cumprimento das quantidades mínimas de compra por parte de um parceiro em 2025, acréscimo de rendimentos de fees referentes a promoção de medicamentos de 2025 no valor de € 0,6 M para entidades terceiras (2024: € 1,9 M), bem como € 0,6 M relativos a ajustamentos de reconciliação de preços de 2025 (€ 3,2 M em 2024).

b) Passivos

Inclui, no médio e longo prazo, € 3.472.381 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

A 31 de dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de Outras dívidas a pagar, no curto prazo, é a seguinte:

	2025	2024
Remunerações a liquidar	10.267.515	10.484.826
Juros a liquidar	2.618.357	1.942.192
Outros acréscimos de gastos	16.730.650	17.949.140
Outras dívidas a pagar	748.362	2.821.234
TOTAL	30.364.885	33.197.392

- O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:
- documentos datados de 2026 relativos a gastos ocorridos em 2025 num total de € 4,6 M (€ 1,0 M em Bial Portela, € 2,2 M em Bial Espanha, € 1,3 M em Bial R&D, € 0,1 M em Novipharma);
 - montantes relativos a sick funds* e pharmaceutical fees, cerca de € 2,8 M (2024: € 3,8 M), assim como valor a pagar no âmbito das vendas de produtos licenciados por terceiros (inlicensing) de € 7,3 M (2024: € 6,1 M).

*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente

15. Estado e outros entes públicos

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	532.654	-30.087	2.836.843	-48.602
IRS	0	-947.348	0	-1.115.139
IVA	3.328.063	-2.675.563	2.019.215	-786.186
Segurança Social	0	-1.020.436	0	-1.136.774
Outros impostos	0	-86.168	0	-111.874
TOTAL	3.860.717	-4.759.602	4.856.058	-3.198.576

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

16. Diferimentos

Na rubrica de gastos a reconhecer encontram-se registados diversos valores já pagos, mas referentes ao exercício de 2026.

17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2025	Curto Prazo 2025	TOTAL 2025	TOTAL 2024
Financiamentos bancários	3.333.334	31.637.710	34.971.044	21.777.796
Empréstimo obrigacionista	47.142.856	34.285.714	81.428.570	85.714.286
Subsídios reembolsáveis	5.442.170	294.586	5.736.756	9.416.475
TOTAL	55.918.360	66.218.010	122.136.370	116.908.557

A dívida obrigacionista, no valor global de € 81,4M, apresenta uma maturidade de curto prazo de € 34,3M e de médio longo prazo € 47,1M.

Relativamente aos Financiamentos bancários, a dívida decompõe-se em € 31 637 710 de mútuos e linha de papel comercial, com vencimento em 2026 e € 3 333 334 em mútuos, com vencimento em 2027.

O Grupo termina o ano de 2025 com programas de papel comercial individuais e/ou grupadas, sem utilização, no valor total de € 85.500.000. Para além destas linhas, o Grupo possui ainda negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M, sem utilização no termo do ano.

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 34.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

18. Fornecedores

Fornecedores correntes – correspondem, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Atualização cambial	Reversão	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	404.918	295.496		404.918	295.496
Provisões devolução de clientes - Portugal	464.957	0		15.027	449.930
Outras Provisões - Portugal	158.798	18.000		72.409	104.389
Subtotal	1.028.673	313.496	0	492.354	849.815
Imparidade inventários - Portugal	2.040.257	1.471.916		1.228.652	2.283.521
Imparidade inventários - Espanha	489.239	204.604		489.239	204.604
Imparidade inventários - Itália	0	27.484		5.907	21.577
Imparidade inventários - Suíça	0	37.067		1.181	35.886
Subtotal	2.529.496	1.741.071	0	1.724.980	2.545.588
Imparidade clientes - Portugal	1.345.723	2.085.247		509.448	2.921.522
Imparidade clientes - Itália	7.359	0		7.135	224
Imparidade clientes - Angola	190.562	0	-21.388		169.174
Subtotal	1.543.644	2.085.247	-21.388	516.583	3.090.920
Imparidade outros devedores - Portugal	6.150	359.021		0	365.171
Imparidade outros devedores - UK	0	25.242	-456	0	24.786
Subtotal	6.150	384.263	-456	0	389.957
Total	5.107.964	4.524.076	-21.843	2.733.917	6.876.280

20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2025		2024	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	82.881.613	450.044	83.847.877	550.132
Portugal	101.074.546	17.433.007	78.788.508	18.920.672
Estados Unidos e Canadá	36.619.126	0	47.460.800	0
Japão	8.079.644	988	15.534.698	4.219.528
Alemanha	17.767.998	0	18.999.014	0
Externo (Resto do Mundo)	7.642.529	275	8.307.879	20
Itália	16.934.071	0	14.764.638	0
França	6.023.222	0	7.594.322	0
Externo (Resto da Europa)	8.604.220	10.250	8.460.852	12.986
Costa do Marfim	5.700.083	0	5.910.117	0
Coreia do Sul	4.953.244	14.736	1.533.423	0
Moçambique	1.260.094	0	7.553.408	252.932
Reino Unido	3.684.908	98.787	4.168.672	73.330
Austrália	1.524.320	211.960	1.117.723	
Angola	3.393.860	0	3.029.722	0
Suíça	2.660.094	0	2.354.688	0
TOTAL	308.803.571	18.220.046	309.426.341	24.029.599

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2030 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2024
Existências iniciais	99.714.246	13.128.723	112.842.969	111.623.277
Compras	35.553.728	81.543.974	117.097.702	102.040.137
Regularização de existências	-17.090	-491.130	-508.220	-601.141
Existências finais	-99.170.383	-14.864.205	-114.034.588	-112.842.969
Custos no exercício	36.080.501	79.317.362	115.397.862	100.219.302

23. Fornecimentos e serviços externos

	2025	2024
Trabalhos especializados I&D (ver nota 30)	36.519.642	41.786.152
Publicidade e propaganda	16.246.486	14.422.260
Trabalhos especializados	10.695.729	9.278.292
Honorários	4.709.188	6.094.030
Rendas e alugueres	4.683.186	4.375.259
Deslocações e estadas	3.461.673	3.497.970
Bases de dados	2.845.341	2.832.557
Subcontratos	2.605.182	3.427.790
Combustíveis	1.762.023	1.735.654
Conservação e reparação	1.606.493	1.528.157
Formação médica	1.444.391	1.741.221
Transportes de mercadorias	994.910	931.673
Comissões	832.908	874.700
Seguros	612.094	679.077
Eletricidade	610.014	670.945
Outros	1.846.026	2.069.182
TOTAL	91.475.286	95.944.920

O valor de trabalhos especializados decorre essencialmente das atividades de I&D.

24. Gastos com o pessoal

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	3.782.689	3.792.327
Remunerações do pessoal	53.818.798	52.702.530
Encargos sociais	11.815.149	11.164.253
Indemnizações	752.399	1.263.695
Outros gastos com pessoal	2.874.456	2.683.145
TOTAL	73.043.490	71.605.949

O número médio de empregados em 2025 foi de 762 (2024: 779).

O número de empregados, a 31.12.2025, das empresas incluídas no perímetro de consolidação é de 772 (2024: 754), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	5
BIAL - Portela & Cª., S.A.	404
MediBIAL, S.A.	20
InterBIAL, S.A.	26
BIALport, S.A.	37
BIAL Consumer Health, S.A.	3
BIAL R&D Investments, S.A.	8
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	148
BIAL Deutschland GmbH	47
BIAL Pharma UK Limited	19
BIAL Itália, S.R.L	27
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	4
BIAL América Latina, S.A.	0
BIAL Angola, S.A.	9
Bureau représentation Costa do Marfim	9
BIAL - Biotech Investments Inc	3
TOTAL	772

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2025	2024
Imparidade clientes Portugal	2.085.247	362.661
Imparidade inventários Portugal	1.471.916	1.422.067
Imparidade inventários Espanha	204.604	16.788
Imparidade inventários Itália	27.484	0
Imparidade inventários Suíça	37.067	0
Imparidade clientes Itália	0	7.165
Imparidade clientes Moçambique	0	40.059
Imparidade outros devedores Portugal	359.021	6.150
Imparidade outros devedores UK	25.242	0
Perdas por imparidade	4.210.580	1.854.890
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	0	150.501
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	2.275.268	2.275.268
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	-79.098	-587.490
Reversão/(Imparidade) de ativos depreciables/amortizáveis	2.196.170	1.838.279
Reversão de imparidade inventários Portugal	1.228.652	2.590.430
Reversão de imparidade inventários Espanha	489.239	0
Reversão de imparidade inventários Itália	5.907	0
Reversão de imparidade inventários Suíça	1.181	0
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal	15.027	75.823
Reversão da provisão devolução de clientes Espanha	404.918	47.118
Reversão de imparidade de clientes Portugal	509.448	127.149
Reversão de outras provisões - Portugal	72.409	1.248.378
Reversão de imparidade de clientes Itália	7.135	5.199
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	0	34.108
Reversões	2.733.917	4.128.205
Provisão devolução de clientes Espanha	295.496	0
Outras provisões Portugal	18.000	158.798
Provisões	313.496	158.798

26. Outros rendimentos

	2025	2024
Imputação de subsídios para investimentos	3.281.592	3.643.239
Diferenças de câmbio favoráveis	1.408.582	5.435.168
Correções relativas a exerc. Ant.	605.238	402.651
Rendimentos suplementares	409.033	436.588
Excesso da estimativa/recuperação de impostos	31.826	283.685
Alienações	20.030	6.343.371
Descontos p.p. obtidos	2.065	34.234
Outros	2.579.383	462.443
TOTAL	8.337.749	17.041.379

Em 2024, o Grupo Bial vendeu a empresa moçambicana Medimport ao CFAO Group tendo obtido uma mais-valia de € 6,3 M (ver **Nota 29**).

Os ganhos cambiais ascenderam a € 1,4 M (2024: € 5,4 M), estando concentradas em 3 empresas do Grupo – Bial R&D (€ 0,2 M; 2024: € 0,3 M); Bial Portela (€ 0,8 M; 2024: € 3,7 M) e Novipharma (€ 0,3 M; 2024: € 0,8 M).

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

A rubrica Outros inclui, em 2025, uma penalidade contratual de € 1,3M devida por um cliente que não atingiu as quantidades mínimas acordadas e € 0,8M relativos a juros de mora faturados a um cliente por atraso de pagamento.

27. Outros gastos

	2025	2024
Impostos	5.020.571	4.112.946
Diferenças cambiais	3.774.957	4.455.660
Donativos	2.697.204	4.594.651
Perdas em inventários	2.270.156	909.221
Despesas de propriedade industrial	1.073.875	1.220.321
Descontos de p.p. concedidos	717.092	415.595
Correções relativas a exercícios anteriores	610.775	339.845
Ofertas e amostras de inventários	414.537	414.617
Quotizações	331.812	265.010
Multas e penalidades	89.636	16.223
Insuficiência de estimativa para impostos	35.096	208.341
Outros	486.768	763.527
TOTAL	17.522.479	17.715.957

Na rubrica donativos inclui-se o donativo efetuado à Fundação Bial que em 2025 ascendeu a € 2M (2024: € 4M).

Os impostos são maioritariamente constituídos pelas contribuições para a Indústria farmacêutica em Portugal (€ 3,1 M; 2024: € 2,8 M) e em Espanha (€ 1,6 M; 2024: € 1,1 M).

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

As perdas cambiais ascenderam a € 3,8 M, estando concentradas em 2 empresas do Grupo -Novipharma (€ 0,4 M; 2024: € 0,3 M), Bial Portela (€ 3,2 M; 2024: € 3,4 M).

28. Juros e rendimentos/gastos similares

	2025	2024
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	3.421.622	5.896.546
Outros custos e perdas financeiros	797.123	775.832
	4.218.745	6.672.378
Resultados financeiros	-4.142.672	-5.957.781
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	44.527	602.286
Outros rendimentos similares	31.546	112.312
	76.073	714.598

29. Ativos e passivos de unidades operacionais descontinuadas

Tal como referido na Nota 8, o Grupo procedeu em 2024 à alienação da totalidade das ações representativas da subsidiária Medimport, Lda, tendo a perda de controlo ocorrido a 31 de outubro de 2024.

Não obstante a venda, a gama de produtos Bial continuou a ser comercializada e promovida em Moçambique, através de uma equipa de delegados de informação médica dedicada em exclusividade aos medicamentos Bial.

No exercício findo em 31.12.2024 os contributos para os resultados desta unidade operacional descontinuada até à data da alienação têm a seguinte composição:

RENDIMENTOS E GASTOS	2024.10.31
Vendas	6.122.509
Serviços prestados	252.932
Volume de negócios	6.375.442
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4.615.891
Fornecimentos e serviços externos	-595.029
Gastos com o pessoal	-625.478
Perdas por imparidade	-40.059
Outros rendimentos	487.951
Outros gastos	-569.486
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos financeiros	417.450
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-127.796
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	289.654
Juros e rendimentos similares obtidos	1.439
Juros e gastos similares suportados	-17.278
Resultado antes de impostos	273.815
Imposto sobre o rendimento do período	-168.322
Resultado líquido do período	-105.493
Resultado da alienação	6.335.126
Impacto fiscal da alienação	-1.879.200
Total	4.561.419

ATIVOS

Ativos Intangíveis	98.710
Ativos Tangíveis	191.415
Impostos Diferidos	492.294
Inventários	2.533.808
Clientes	1.639.870
Estado e outros entes públicos	610.848
Outras créditos a receber	68.201
Depósitos Bancários e Caixa	2.007.979
Total	7.643.126

PASSIVOS

Passivos por Impostos Diferidos	71.331
Fornecedores c/c	4.644.869
Estado e Outros Entes Públicos	22.560
Outras contas a pagar	1.016.970
Credores por acréscimos de gastos	80
Total	5.755.811

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	7 750 749
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	5 382 259
- Crédito fiscal de 2023 de investigação e desenvolvimento*	13.774.873
- Crédito fiscal de 2024 de investigação e desenvolvimento*	6.475.291
- Crédito fiscal de 2025 de investigação e desenvolvimento*	3.271.221
Saldo a Transitar	73.754.114

*estimativa

Nota: O montante de € 3,1 M do crédito fiscal de 2023 já se encontra aprovado, sendo que o restante valor, tal como os anos de 2024 e 2025, aguardam aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

O Grupo registou o seguinte investimento em investigação e desenvolvimento:

	2025	2024
Projetos de I&D (ativo intangível)	956.041	1.720.133
Investimentos financeiros	3.000.000	0
Ativo tangível	277.164	996.965
Gastos com pessoal	10.145.294	10.776.962
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	36.519.642	41.786.152
Outros Gastos	598.458	603.448
Investimento total	51.496.599	55.883.660

O Grupo apresenta os seguintes ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2025	2024
Prestação de serviços (milestones) - BIA 9	200.000	4.219.528
Total	200.000	4.219.528

O Grupo registou, adicionalmente, as seguintes amortizações e Imparidades/(Reversões) relativas a Projetos de desenvolvimento:

	2025	2024
Amortizações (Projetos de desenvolvimento - Nota 12)	21.166.212	21.160.024
Imparidade / (Reversão) – BIA2 (Nota 25)	-2.275.268	-2.275.268
Imparidade / (Reversão) – BIA5 (Nota 25)	0	-25.952
Imparidade / (Reversão) – BIA12, BIA19 e BIA 25 (Nota 25)	0	-124.549
(Imparidade) / Reversão para BIA21 (Nota 25)	0	53.943
Investimento total	18.890.944	18.788.198

32. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

33. Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flu-
tuar em função de alterações de mercado.

Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambial,
dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram imple-
mentados mecanismos de cobertura natural e fixação cambial, tendo
sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/paga-
mentos, podem celebrar-se sempre que justificável contratos *forward*
para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição a flutua-
ções de câmbio.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos
expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
AOA	211.105.896
CHF	504.718
USD	14.623.809

Fornecedores:

Moeda	Montante
AOA	67.065.760
CHF	130.210
GBP	1.659.516
JPY	54.112.100
SEK	63.000
USD	8.791.850

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo BIAL é o risco dos seus clientes não cum-
prirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e
externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder.
A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/
ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem
políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com

um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua con-
tratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco
moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não signifi-
ca, com base na informação existente e nos dados históricos de cada
cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já regis-
tadas. A 31 de dezembro de 2025 não existem indicações de que não
serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos
valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe
imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar difi-
culdades para satisfazer compromissos associados aos passivos finan-
ceiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise
financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção
estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo
dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Atendendo à atual situação financeira do Grupo e capacidade de ge-
ração de *Free Cash Flow* entende-se que este risco se encontra miti-
gado. Adicionalmente tem contratadas linhas de crédito não usadas
em montante suficiente para acomodar as necessidades de tesouraria
estimadas para os próximos anos.

Outros riscos operacionais

• Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua com-
ponente técnica e científica, assim como na área de preços e compar-
ticipações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientan-
do-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional
(Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispen-
sa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídi-
co dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de
8 de agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de
preços de venda ao público, base na definição de países de referência.
No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de
acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por
prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de ven-
da, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercializa-

ção, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

34. Garantias prestadas

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
Bial Portela	Emprofac - Empresa Nac. Prod Farma	10.273
Bial Portela	Emprofac - Empresa Nac. Prod Farma	9.199
Bial Portela	Emprofac - Empresa Nacional Produto	11.347
Bial Portela	Emprofac - Empresa Nacional Produto	12.164
Bial Portela	Ministry Of Health, MSO	2.580
Bial Portela	IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	130.402
Bial Portela	IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	201.237
Bial Portela	IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	75.001
Bial Portela	IGIF	3.315
Bial Portela	CAMARA MUNICIPAL MAIA	14.964
Bial Portela	MEDIMOC, S.A.R.L	46.431 CHF
Bial Portela	MEDIMOC, S.A.R.L	5.313 CHF
Bial Portela	EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	9.355
Bial Portela	SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	1.406 USD
Bial Portela	SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	749 USD
Bial Portela	SAMES MINISTRY HEALTH	6.659 USD
Bial Portela	BEI	12.000.000
Bial Portela	Ministry Of Health, Mso, Tripoli, L	880
Bial Portela	Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	4.947
Bial Italia	AZIENDA SANITARIA UNICA REGIONALE MARCHE	9.663,20
Bial Italia	A.R.I.C.	51.227,80
Bial Italia	S.C.R. PIEMONTE SPA	167.093,02
Bial Italia	Regione Siciliana - Uff. Speciale	129.893,40
Bial Italia	Regione Lazio e le Aziende	66.410,21
Bial Italia	ARIC VIA NAPOLI 4 64019 TORTORETO	39.454,80
Bial Italia	A.R.I.C - Ag. Reg. di Informatica	41.506,38
Bial Italia	INTERCENT ER	9.442,70
Bial Italia	REGIONE SICILIA ASSESSORATO	19.660,32
Bial Italia	AZ. REGIONALE PER L'INNOVAZIONE A.R.I.C	617,2
Bial Italia	AGENZIA REGIONALE DI IN	166,01
Bial Italia	InnovaPuglia S.p.A.	1.275,20
Bial Italia	INNOVA PUGLIA SPA	6.376,00
Bial Italia	A.R.I.C. - Agenzia Regionale di	8.352,00
Bial Italia	Agenzia Regionale Intercent-ER	123.561,77
Bial Italia	Estar-enteSup.tecn.amn.reg	64.426,00
Bial Italia	AziendaProvincialePer Serviczi	16.628,00
Bial Italia	AsurMarchelnTuttel eSueArticol	23.687,00

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
Bial Italia	S.c.r.-PiemonteS.p.a.	121.559,00
Bial Italia	RegioneLazioEAziendeSanitarieE	42.984,00
Bial Italia	RegioneAutonomaDellaSardegna	48.467,00
Bial Italia	Innovapuglias.p.a.	4.280,00
Bial Italia	RegioneAutonomaDellaSardegna	31.099,00
Bial Italia	egioneLiguriaSettoreStazioneUn	30.188,00
Bial Italia	Areacom-AgenziaRegionale Dell'ab	33.762,00
Bial Italia	Areacom-AgenziaRegionale Dell'ab	6.401,00
Bial Italia	RegioneLazioEAziendeSanitarieE	280.145,00
Bial Italia	AgenziaRegionaleIntercent-er	3.382,00
Bial Italia	AziendaSanitaria Territoriale ast	52.527,00
Bial Italia	RegioneLiguria	76.458,00
Bial Italia	S.c.r.PiemonteS.p.a.	164.877,00
Bial Italia	AziendaSanitariaProvincialeDiCo	17.422,00
Bial Italia	AziendaUnitaSanitariaLocaleUmbr	40.748,00
Bial Italia	Innovapuglias.p.a.	108.662,00
Bial Italia	AziendaSanitariaProvincialePaler	5.137,00
Bial Italia	AziendaOspedalieraDiRilievoNazi	171,00
Bial Italia	AziendaZero	283.540,00
Bial Italia	AspPalermo-AziendaSanitariaProv	67.914,00
Bial Italia	AspAgrigento	513,00
Bial Italia	So.re.sa.Spa	211.463,00
Bial Italia	StazioneUnicaAppaltanteDellaReg	665,00
Bial Italia	PuntozeroS.c.aR.l.	709,00
Bial Italia	AriaSpa	173.998,00
Bial Italia	RegioneSardegna	1.674,00
Bial Italia	SuaCalabria	55.066,00
Bial Italia	CucFvgiSoggettoAggregatore	110.621,00
Bial Italia	RegioneSicilianaiUfficioSpecial	56.604,00
Bial Italia	AriaS.p.a.-AziendaRegionalePer	131,00
Bial Italia	AriaS.p.a.EGliEntiContraenti	10.879,00
Bial Italia	Azienda Sanitaria Locale Di Matera	113,00
Bial Italia	Intercent - Er	24.841,00
Bial Italia	Aria S.p.a. E Gli Enti Contraenti	238.653,00
Bial Italia	Azienda Ospedaliera Universitaria P	36,00

35. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

36. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2026.03.13

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MANUELA OSÓRIO

O Conselho de Administração da empresa-mãe (BIAL Holding, S.A.)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**

PEDRO GONÇALVES | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**

JASMINE ZHONG | **Vogal**





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 529.299.423 euros e um total de capital próprio de 328.457.617 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 5.025.521 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo Consolidado que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

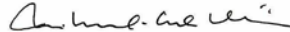
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Rua Direita de Francos, 165 - 14º
4100-211 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 13 de março de 2026

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial